



VILLALVA, Alina. **Sobre a gramática das palavras.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.* Número especial 2013. [<http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br>]

SOBRE A GRAMÁTICA DAS PALAVRAS

Alina Villalva^{51*}

RESUMO

A produção de novas palavras por recurso a padrões morfológicos tem características muito distintas da produção de frases. A originalidade, por exemplo, é uma característica valorizada no segundo caso, mas não no primeiro: nós não gostamos de usar ou ouvir frases já antes usadas ou escutadas; como também não reagimos bem ao surgimento de novas palavras. Partirei dessa observação para construir uma inferência acerca do registro das palavras complexas no léxico. Por outro lado, notarei que a existência de padrões morfológicos de formação de palavras que operam regular e produtivamente (e que, em números, talvez se revelem muito menos interventivos do que o esperado) contrasta com a ocorrência frequente de outros recursos de introdução de neologismos, como os empréstimos, por exemplo, e embate, sobretudo, com o que parecem ser funcionamentos anômalos de processos morfológicos regulares. Procurará retirar desta descrição pistas para a discussão de um modelo de gramática e, em particular, da gramática das palavras.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de palavras; Morfologia; Padrões morfológicos.

ABSTRACT

The production of new words by use of morphological patterns has very distinct characteristics of the production of sentences. The originality, for example, is a valued characteristic in the second case, but not the first: we do not like to use or hear phrases already used or heard before, but also do not react well to the emergence of new words. We leave this observation to build an inference about the recording of complex words in the lexicon. Moreover, We will notice that the existence of morphologic patterns of word formation that operate regular and productively contrasts with the frequent occurrence of other processes of lexical creation such as loans, for example, and it clash especially with what appear to be anomalous. We seek to extract of this description leads to the discussion of a model of grammar and, in particular, the grammar of words.

KEYWORDS: Word formation; Morphology; Morphological patterns.

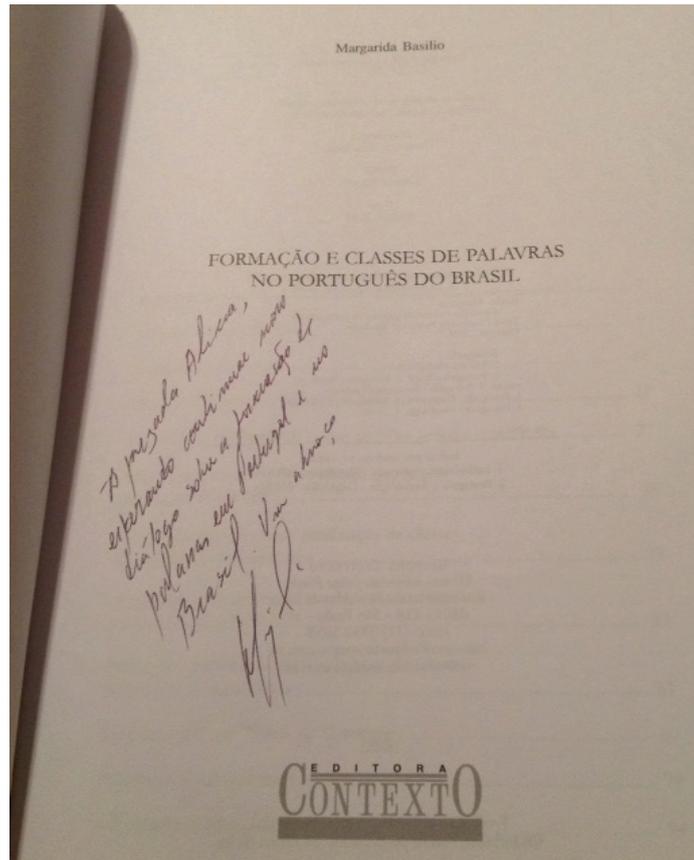
51. * Doutora em Linguística (1995), **Investigadora no** Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Laboratório de Psicolinguística. **Áreas de investigação:** morfologia e formação de palavras, léxico, processamento morfológico e lexical, variação e mudança morfológica, política lingüística. **Professora Auxiliar e Directora do** Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: alina_villalva@yahoo.com.

Cara Margarida,

Ao reflectir sobre o trabalho que gostaria de apresentar neste II Congresso Brasileiro de Morfologia, tomei como bom o princípio de que, tratando-se de uma oportunidade para homenagear você, enquanto figura de referência, quer na investigação quer no ensino em linguística, e em particular no domínio dos estudos de morfologia e do léxico do Português, particularmente no que diz respeito à descrição do Português Brasileiro, também o meu trabalho deveria glosar esse mote, e daí a escolha de um título tão generalista.

Mas homenagear Margarida não é uma tarefa que eu possa cumprir rasgando elogios ou encadeando frases simpáticas, construídas com graça e acutilância intelectual – não é que esse enaltecimento não fosse suficientemente merecido, mas, limitação minha, eu não tenho esse dom da palavra, nem esse jeito de ser. Na verdade, Margarida, nós não nos conhecemos muito bem nem nunca experimentámos trabalhar em conjunto, apesar da relação cordial que mantivemos ao longo destas duas últimas dezenas de anos, da troca de livros, e, mais recentemente, do congresso em Salvador. O meu testemunho não poderia, pois, ser dirigido para um lado pessoal e emotivo. Podia centrar-se, isso sim, num outro lado, tão ou mais importante: o do trabalho. E o que me apareceu como a melhor abordagem foi imaginar esta minha apresentação como uma espécie de diálogo com você, sobre alguns dos assuntos que você tratou e sobre os quais eu também tenho uma opinião. Um diálogo diferido, é certo, porque sou eu a falar sobre uma seleção de afirmações e posições suas, mas o diálogo que a própria Margarida me dizia esperar poder continuar sobre formação de palavras, na dedicatória do seu livro de 2004.

Hoje em dia, dispomos de recursos que permitem mais facilmente encurtar distâncias, alargar a janela do tempo presente e aproximar pessoas. O principal desses recursos é a internet, e foi aí que encontrei alguns dos seus trabalhos. Tenho pena de que não ter tido acesso a todos, mas entre o material que eu já tinha e o que agora reuni, a pretexto deste congresso, quase consegui chegar à sua ‘obra completa’. Esta visão de conjunto mostra com clareza que o seu âmbito de atuação é variado, de modo



que eu tive de selecionar muito. E, é claro, o meu propósito não foi o de produzir aqui uma qualquer espécie de comentário crítico, mas antes o de procurar na listagem de títulos, mais ou menos cronológica, mais ou menos taxonómica, umnexo de sentido, um fio condutor e pontos de convergência com o meu próprio trabalho e o meu próprio percurso.

Antes de prosseguir quero ainda dedicar um pequeno tempo à organização deste II Congresso Brasileiro de Morfologia. Pela iniciativa, pela ideia de homenagear a Margarida e pelo convite que me permite participar nos trabalhos. Muito obrigada. Vamos então começar esta conversa que discutirá três diferentes aspetos da gramática das palavras.

Vamos começar pela discussão acerca de conceitos fundamentais, como o de palavra e o de unidade lexical, a que Margarida dedicou uma série de textos:

- Com a palavra Fernão de Oliveira: um estudo sobre o conceito de palavra na Língua Portuguesa. In: M.B. Abaurre, P. Pfeiffer e J. Avelar (orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na História*. Campinas: Pontes, 2009
- O conceito de vocábulo em Mattoso Câmara. *DELTA*. São Paulo, 2004.
- M. M. P. BASILIO, C.M. Oliveira e M. Garrão, A não delimitação das unidades lexicais. In: C. C. Henriques (Org.). *Linguagem, Conhecimento e Aplicação* (1-14). Rio de Janeiro: Europa, 2003.
- Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos* 4. 2 (9-18), 2000.
- Introdução: questões clássicas e recentes na delimitação de unidades lexicais. In M. Basílio (org.) *A Delimitação de Unidades Lexicais. PaLavra* 5. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1999

O seu artigo de 2004, que é também um tributo ao mestre Mattoso Câmara, lhe permite localizar no tempo o problema da definição de palavra e esse enquadramento era, há dez anos atrás e ainda hoje, muito necessário na reflexão linguística. Nesse trabalho, você interpreta o advento da segmentação das palavras, essencial ao trabalho dos comparatistas e ao dos estruturalistas que se lhes hão-de seguir, como causa do desvio do foco de atenção das palavras para o universo dos morfemas (unidades que, aliás, virão a levantar exactamente o mesmo tipo de problemas de conceptualização). Também o fascínio pelo contínuo sonoro, em detrimento do *staccato* da escrita, a dimensão mental dos ‘signos’, qualquer que fosse a sua materialização, na tradição saussuriana, e a atração pelas línguas indígenas nas américas, cuja descrição requeria uma específica ‘invenção’ das unidades relevantes terão concorrido para a ‘decadência’ das palavras ao longo do longo século 20.

Neste mesmo artigo, você lembra que Mattoso Câmara, de algum modo em contracorrente, recusou o ascendente da frase sobre a palavra, enquanto domínio privilegiado da análise. São várias as razões que estão na base desta posição de Mattoso Câmara, mas aquela que também eu gostaria de destacar é a que se relaciona com o seu empenho na construção de uma descrição da morfologia do Português com base no instrumentário da análise estruturalista, inicialmente concebido para o Inglês. É por esta atenção ao Português, com a identificação de problemas da análise e classificação tradicionalmente aceites, como no caso dos compostos e do logro da consideração da aglutinação como um processo de formação de palavras, ou no entendimento dos prefixos e da prefixação, que o legado de Mattoso deve, também na minha opinião, ser preservado e reconhecido.

Ao que julgo compreender, você assumiu a herança de Mattoso Câmara, na convicção de que as palavras são unidades pertinentes na análise linguística e que a morfologia é o domínio da gramática que assegura a sua gestão. Não creio que as posições que tenho defendido neste campo sejam inteiramente coincidentes com as suas posições, Margarida, mas no essencial coincidimos. Tenho, em vários momentos procurado defender que as palavras são um domínio de análise importante, se não mesmo central, que as palavras e as frases são unidades com propriedades distintas (gosto de reduzir essa diferença a aspetos cruciais, como sejam: as palavras são domínios que não permitem movimento e onde não há vestígios, para além de, no Português, serem estruturas de núcleo final), tendo até apresentado um trabalho a que chamei *wordhood*, termo que agora encontrei traduzido para Português, por Ulrich e Schwindt (2012), como *palavridade*.

Pego neste exemplo para desenvolver a minha linha de raciocínio. Os argumentos que acabo de referir são os que caracterizam as palavras enquanto estruturas morfológicas, mas não os que permitem definir as palavras enquanto unidades lexicais. O exemplo de *palavridade* é interessante, porque mostra uma palavra com uma estrutura morfológica mal-formada, que me faz até torcer o nariz (o sufixo *-idade* é um sufixo de nominalização deadjetival e *palavr-* não é um radical adjetival), mas a boa ou má-formação não é um critério relevante para a definição das palavras que são unidades lexicais, as palavras que nós, falantes, reconhecemos, usamos e eventualmente produzimos e, por isso, no final de um período de habituação, *palavridade* já parece uma palavra perfeitamente normal. Não sendo esperável que volte a ser formada pelos falantes, dado que as restrições de seleção do sufixo não são respeitadas, há que admitir que a sua existência depende da sua lexicalização e que a sua lexicalização há-de determinar uma eventual reformulação das propriedades de seleção do sufixo.

Este mesmo raciocínio pode ser replicado para as palavras complexas bem-formadas, com uma estrutura e uma interpretação semântica composicionais. Não que elas não possam voltar a ser formadas, mas porque o índice de formação de novas palavras, comparado ao índice de formação de novas frases (embora eu não tenha dados estatísticos que sustentem esta afirmação) deve ser muitís-

simo menor, mas a possibilidade de formação de uma nova palavra é tanto maior quanto maior for o número de palavras formadas por esse mesmo recurso.

O que, em suma, gostaria de estabelecer, neste momento, é que me parece plausível admitir que todas as palavras, simples, complexas, bem ou mal-formadas, são unidades lexicais; e que também as unidades que as constituem, prefixos, sufixos e radicais ou sequências obtidas por truncamento, por amálgama, ou por qualquer outro recurso, são unidades lexicais, se o número de palavras em que ocorrem os tornar suficientemente salientes. A questão parece ser, portanto, de massa crítica lexical.

Um outro núcleo de interesse que se pode identificar no seu percurso de publicações, e que de algum modo, decorre do que discuti no tópico anterior, diz respeito à caracterização dos processos de formação de palavras.

- (com Andrade, F. G.) *Refazer não é reproduzir: a polissemia do prefixo re-*. In *Anais do IV Congresso Internacional da Abralín (1231-1237)*, 2005.
- Composição e derivação como tecnologias de arquivamento e expansão do conhecimento lexical. In: *54ª Reunião Anual da SBPC – Anais / Resumos*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos* 4.2 (9-18), 2000.
- Prefixos: a controvérsia derivação/composição. *Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa*, 1 (3-13), 1989.
- *Morfologica e castilhamente: um estudo das construções X-mente no Português do Brasil*. *Delta*, 1998.

Se bem entendo, a sua posição global é a de que a derivação não pode usar palavras⁵², nem como base, o caso relevante é o dos advérbios em *-mente*⁵³, nem como afixos, e aqui o caso relevante é o dos prefixos.

A minha posição é, há muito, muito distinta. Em 1994, defendi que como bases de derivação podemos encontrar radicais, temas e palavras:

- | | | |
|---------|---------------------|---------------------|
| (01) a. | radical adjectival: | <i>lev] eza</i> |
| | radical nominal: | <i>montanh] oso</i> |
| | radical verbal: | <i>pedinch] ão</i> |

52. Cf. Basílio 2004: 62 “as formas derivadas são construídas a partir do radical ou tema e não de formas já flexionadas”.

53. É, portanto, questionável a análise de construções *X-mente* como palavras derivadas por sufixação.

- b. tema verbal: *ignora]* nte
 cre] nte
 pedi] nte
- c. adjetivo *inevitavel]* mente

É verdade que os advérbios em *-mente* são o único caso de derivação que toma como base uma palavra, isto porque, em minha opinião, a formação de *z-avaliativos*, que também toma palavras como bases (cf. *relógio]*_N *zinho*, *leve]*_{ADJ} *zinho*) é obtida por modificação morfológica e não por derivação, ainda que a sufixação seja o meio escolhido pelos dois processos. É verdade que estes advérbios têm origem numa expressão adverbial, de natureza preposicional e que ainda hoje podem alternar com expressões sintáticas desse tipo:

(02) *inevitavelmente*
 de forma / modo inevitável

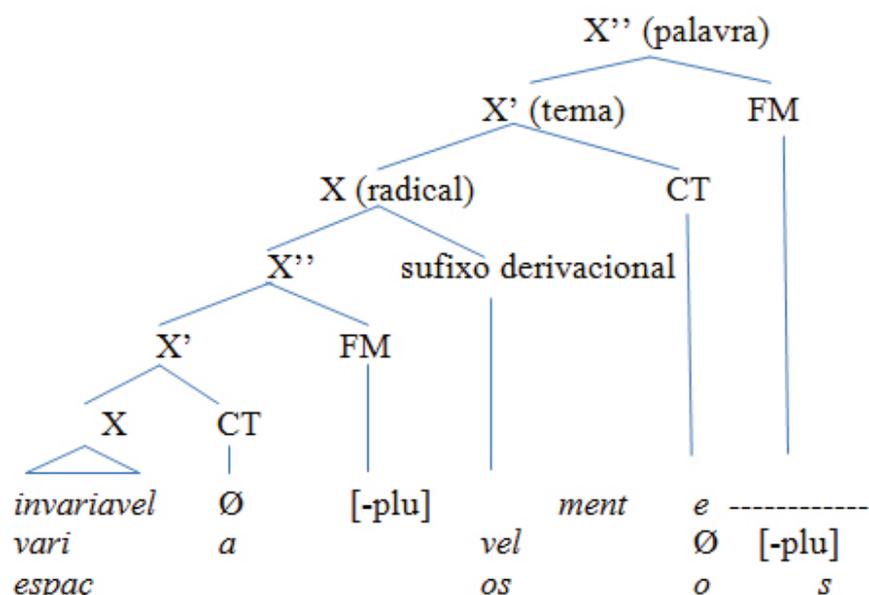
Também é verdade que, na minha hipótese, a base é uma forma flexionada, não pelo fato de o adjetivo, quando variável, ocorrer no feminino, porque o gênero, em minha opinião, não é realizado por flexão, mas porque o adjetivo ocorre no singular (e o número, sim, é uma propriedade realizada por flexão); e que estes advérbios possuem dois domínios de acentuação, o da base e o de toda a palavra, que recai sobre a penúltima sílaba do sufixo. Todos estes são os argumentos que você, Margarida, enuncia para recusar a *-mente* o estatuto de sufixo e à sufixação em *-mente* uma natureza derivacional. Eu, pelo contrário, defendo que *-mente* é um sufixo e que a formação de advérbios em *-mente* é obtida por predicação morfológica, designação que prefiro à vagueza do termo ‘derivação’.

Mas como resolver todos os problemas enunciados por você? Quanto ao argumento de ordem histórica, *-mente* não é o único caso de gramaticalização de palavras: as formas do verbo *haver* que participam na formação do futuro simples e do condicional (cf. *cantar]* (*h*)*ei*; *cantar]* (*hav*)*íamos*) e o sufixo *-ificar*(*ar*), proveniente do verbo latino *facio, ĩre*, são ainda igualmente fáceis de identificar. A apreciação do grau de gramaticalização destes diferentes casos varia consoante o tipo de critério que se usa. Do ponto de vista semântico, a gramaticalização de *-mente* é drástica: não há qualquer relação entre o nome *mente* e o valor adverbial que desempenha como sufixo; o sufixo verbalizador, pelo contrário, está semanticamente muito mais próximo do seu étimo. Assim, por esta razão, seria mais fácil negar o estatuto de sufixo a *-ificar* do que a *-mente*. Se, pelo contrário, considerarmos o domínio prosódico, constatamos que a presença de dois ciclos de acentuação, que é característica dos advérbios em *-mente*, resulta do facto do sufixo seleccionar um adjetivo e não um radical, como sucede com *-ificar*,

provavelmente porque *-mente* começa por consoante e não por vogal, problema que *-ficar* resolveu há muito tempo, por incorporação de uma vogal de ligação.

À estrutura das palavras derivadas que propus em 1994 este problema não se coloca. De acordo com esta hipótese, as palavras derivadas têm uma estrutura binária recursiva, à semelhança do que se verifica com muitas outras estruturas linguísticas; a recursividade atua sobre o radical, na dependência de um sufixo derivacional; e a estrutura encaixada replica a estrutura do topo. Não há, portanto, qualquer razão para assumir que a derivação com base numa palavra é distinta da derivação a partir de temas ou radicais:

(03)



O problema que esta estrutura não resolve é o que se coloca em casos de elipse do sufixo, na coordenação deste tipo de advérbios (os exemplos são de Basílio 2004: 62):

(04) *vagarosa e pertinazmente*

cuidadosa, vagarosa e pertinazmente

A inaceitabilidade da contrapartida sem elipse (cf. **vagarosamente e pertinazmente*) parece dar duas indicações: a primeira é a de que a elipse não é opcional e a segunda é a de que o sufixo tem escopo sobre toda a sequência de adjetivos. Poder-se-ia pensar que se tratava de uma coordenação de

advérbios formados por conversão – Basílio (2004: 64) refere, aliás, a proximidade entre advérbios em *-mente* e advérbios formados por conversão:

- (05) *João está falando sério.*
João está falando seriamente.

Mas a conversão que dá origem a advérbios deadjectivais bloqueia a variação em gênero e número, como Basílio (2004: 65) também refere:

- (06) *O menino cantou desafinado.*
As meninas cantaram desafinado.

Ora, na coordenação de advérbios acima referida, aqueles que não estão em posição final, surgem na forma feminina, típica exigência da sufixação em *-mente*:

- (07) *cuidadosa, vagarosa e pertinazmente*
**cuidadoso, vagoroso e pertinazmente*

Somadas as razões, parece-me haver lugar a uma revisão da hipótese de descrição da estrutura das palavras derivadas, que preveja a possibilidade de encontrar na base, para além de radicais, temas e palavras, também algumas sequências de palavras, correspondendo, muito provavelmente a estruturas sintáticas. No caso dos advérbios em *-mente*, a base é um adjetivo ou uma coordenação de adjetivos:

- (08) *[[pertinaz] mente]*
[[vagarosa e pertinaz] mente]
[[cuidadosa, vagorosa e pertinaz] mente]

Uma outra questão, amplamente discutida por você, e sobre a qual também eu tenho refletido, é a do estatuto dos prefixos e da prefixação. A propósito de *mini-* (e de *maxi-*), refere Basílio (2000): “Trata-se de um formativo que só ocorre prefixado, o que nos levaria a considerá-lo como prefixo; no entanto, o fato de conter o radical *min-* dá margem a diferentes análises.”

A lista de prefixos consultável em gramáticas tradicionais, como Cunha e Cintra, assenta em exemplos que não têm uma estrutura composicional. Os prefixos aí identificados não podem ser dissociados das suas bases (que muitas vezes também não têm existência autónoma no Português contem-

porâneo) porque não têm um papel semântico fiável e não permitem formar novas palavras. Vejamos alguns exemplos:

(09) *adjungir* > Lat. *ADIUNGĚRE* ← *AD+IUNGĚRE*
 cf. *ajuntar, conjungir, disjungir, injungir, jungir*

conduzir > Lat. *CONDOCĚRE* ← *CON+DOCĚRE*
 cf. *aduzir, deduzir, reduzir, seduzir*

dispor > Lat. *DISPONĚRE* ← *DIS+PONĚRE*
 cf. *pôr, apor, compor, depor, repor, supor*

sustentar > Lat. *SUSTENTĀRE* ← *SUSTINĚRE* ← *SUB+TENĚRE*
 cf. *atentar, contentar, intentar, ostentar, tentar*
ter, ater, deter, reter, suster

A informação etimológica permite compreender a razão pela qual estas palavras são tidas como formas prefixadas, dado que Latim elas são, de fato, formas prefixadas. Mas não se pode transpor a estrutura das palavras latinas para a das palavras do Português provenientes desses étimos latinos. No Português, estas palavras são formas complexas lexicalizadas e que só podem ser relacionadas com outras palavras que contenham o mesmo radical se alguma pista formal ou semântica permitir o estabelecimento desse nexos.

O que se inclui nesta categoria depende, pois, antes de mais, de uma decisão acerca do que se pretende descrever. Se se pretende dar conta dos recursos disponíveis para a formação de palavras, então há que considerar apenas os prefixos que ocorrem em estruturas composicionais, se se pretende analisar as palavras que fazem parte do léxico, então o conhecimento dos constituintes que as integram e do processo de lexicalização que sofreram, dada a sua permanência no léxico, também devem ser tidos em conta.

Considerando apenas estruturas composicionais, as que importam na formação de palavras, verificamos que muitos dos prefixos disponíveis no Português correspondem à gramaticalização de adjetivos e preposições latinos ou gregos e verifica-se até que há até listas de prefixos que incluem formas provenientes de substantivos (cf. *vice-reitor*), de advérbios (cf. *maldizer*) ou de numerais (cf. *unifamiliar*):

(10)

	Adjetivo	Preposição
origem grega	<i>auto-exame</i> <i>megamanifestação</i> <i>policultura</i> <i>pseudotronco</i>	<i>anti-balas</i> <i>hipermercado</i> <i>hipoglicemia</i>
origem latina	<i>mini-saia</i> <i>multicolorido</i> <i>pluridisciplinar</i> <i>recém-casado</i> <i>semiautomático</i>	<i>ante-contrato</i> <i>co-autor</i> <i>contra-argumento</i> <i>ex-polícia</i> <i>infra-som</i> <i>interligação</i> <i>pós-exílio</i> <i>pré-datar</i> <i>pró-americano</i> <i>sobreaquecer</i> <i>submundo</i> <i>super-herói</i> <i>ultrarresistente</i>

Há, aliás, casos em que um mesmo tipo de unidade pode surgir na versão grega, na latina e na vernacular:

(11) *hipermercado superestrutura sobrefaturamento*

Note-se que algumas das preposições de origem latina ocorrem também como preposições no Português, como se pode ver nas seguintes ocorrências, recolhidas no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*⁵⁴:

(12) *A forma de atingi-lo, **ante** a posição inflexível do Governo, é negar a ratificação ao Decreto-Lei.*

*Fico um pouco surpreso com os ataques que são aqui produzidos **contra** os médicos.*

*[...] qual é o entendimento da minha bancada **sobre** esta matéria.*

Deste ponto de vista, os prefixos assemelham-se bastante aos radicais neo-clássicos, razão pela qual a prefixação vem descrita, em diversas gramáticas, como composição (cf. Said Ali 1931, 1964). A fronteira não é fácil de traçar, dada a semelhança da função que desempenham na estrutura da palavra,

54. Consultável em alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/.

enquanto modificadores, mas podem enunciar-se outros critérios que ajudam a compreender a fluidez da fronteira⁵⁵. Vejamos os seguintes exemplos:

- (13) a. **des**-ligar
 b. **pré**-adolescência
 pré e pós-campanha
 pré-campanha eleitoral
 c. **não**-violência
 d. **aut**-o-exame
 e. **cardi**-o-vascular
 taqui-**cardi**-a
 f. **toxic**-o-dependente
 neur-o-**toxic**-o

O primeiro critério (cf. 12i) diz respeito à tonicidade – há formas átonas (cf. *des*-) e formas tónicas⁵⁶ (cf. *pré*-); o segundo (cf. 12ii) relaciona-se com a ocorrência numa estrutura típica de composição morfológica – há formas que precedem (cf. *aut*-) e formas que não precedem uma vogal de ligação (cf. *des*-); o terceiro critério (cf. 12iii) olha para as posições que estas formas podem ocupar na estrutura das palavras – há formas que só podem ocorrer no início da palavra (cf. *não*-) e outras que tanto podem ocorrer no início quanto no final (cf. *cardi*-); o quarto (cf. 12iv) verifica a possibilidade de ocorrência destas formas como palavras – há formas que podem ocorrer isoladamente (cf. *não*) e formas obrigatoriamente presas (cf. *des*-); o quinto (cf. 12v) identifica as formas que, numa estrutura de coordenação, permitem a elipse do seu núcleo (cf. *pré*-) e as que não o permitem (cf. *aut*-); e o sexto critério (cf. 12vi) distingue as formas que permitem a adjunção a expressões sintáticas (cf. *pré*-) daquelas que não o permitem (cf. *des*-). A combinação destes seis critérios permite identificar seis diferentes classes (cf. 12):

55. A grafia destas formas também reflete a dificuldade na distinção entre prefixos e radicais modificadores, verificando-se que o uso do hífen obedece a critérios mais ou menos sistemáticos, mas alheios ao estatuto lexical destas unidades: uma forma como *pré*- é separada da sua base por um hífen (cf. *pré-adolescência*), mas há exceções (cf. *preestabelecer*); relativamente a *aut*-, a regra é juntar (cf. *autoanálise*) e a exceção é separar por hífen (cf. *auto-observação*).

56. A lexicalização das palavras conduz à perda da tonicidade destas formas (cf. *preestabelecer* e *preconceito*), dando origem a um contraste fonético facilmente detectável no Português Europeu (cf. [prɛ] vs. [prɨ]).

(14)

	<i>a. des-</i>	<i>b. pré-</i>	<i>c. não-</i>	<i>d. aut-</i>	<i>e. cardi-</i>	<i>f. toxic-</i>
i.	-	+	+	+	+	+
ii.	-	-	-	+	+	+
iii.	-	-	-	-	+	-
iv.	-	-	+	-	-	+
v.	-	+	-	-	-	-
vi.	-	+	-	-	-	-

O que se passa com os prefixos lembra o sufixo *-mente*, porque estamos a tratar de casos em que a base é uma palavra, porque muitos deles resultam da gramaticalização de palavras e também porque parece haver evidências de que, em alguns casos, a prefixação afeta sequências de palavras. É o que se verifica em (13a), sendo a interpretação alternativa pouco plausível, quer do ponto de visto estrutural quer semântico (cf. 13b):

- (15) a. **pré** [*campanha eleitoral*]
 b. [**pré** *campanha*] *eleitoral*

Quanto à coordenação, de novo se observa uma elipse do núcleo, que neste caso é a base e não o sufixo, ou seja, uma vez mais o núcleo parece ter escopo sobre, neste caso os seus dois modificadores. Não é fácil justificar uma representação como a seguinte, mas o facto de este tipo de coordenação e elipse serem bastante restritos e circunscritos a casos semanticamente caracterizáveis como polares é o argumento mais relevante:

- (16) [**pré e pós**] [*campanha*]

Muitos outros exemplos poderiam ser invocados para justificar a admissão de expressões sintáticas na base de formações derivacionais de palavras, mas retomo aqui, e para terminar esta discussão, o exemplo de *palavridade*. Se admitirmos que o sufixo *-idade* seleciona não apenas radicais adjetivais, mas radicais adjetivais, quanto à forma, mas que participam numa predicação copulativa de estado, mais facilmente admitimos a extensão a bases nominais, o que legitima o neologismo já referido:

- (17) (ser) *inevitabil*]_{RADJ} → *inevitabilidade*
 (ser) *palavr*]_{RN} → *palavridade*

Um terceiro foco de atenção, que se descobre no percurso de investigação de Margarida Basílio, é o que se relaciona com o trabalho sobre a língua falada.

- Produtividade e função dos processos de formação de palavras no português falado. In *IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas, SP, Brasil, 1990.
- Flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In R. Irali (org.) *Gramática do Português Falado II: Os Níveis de Análise Linguística* (81-97). Campinas, SP: Unicamp, 1992.
- Introdução: as abordagens e o objeto de estudo no projeto Gramática do Português Falado. In A. Castilho (org.) *Gramática do Português Falado, III: As Abordagens* (9-16). Campinas, SP: Unicamp/Fapesp, 1993.
- (com I. Gamarski) Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In A. Castilho (org.) *Gramática do Português Falado, III: As Abordagens* (363-429). Campinas, SP: Unicamp/Fapesp, 1993.
- A nominalização deverbal sufixal no português falado. In A. Castilho e M. Basílio. (org.). *Gramática do Português Falado IV*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1996.
- (com H. F. Martins) Verbos denominais no português falado. In: I. Koch (org.) *Gramática do Português Falado VI*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1996.
- (com I. Gamarski) Adjetivos denominais no português falado. In M. H. de Moura Neves. (org.) *Gramática do Português Falado VII: Novos Estudos*. São Paulo: Unicamp/Fapesp, 1999.

Não posso senão lamentar que, à semelhança do Brasil, Portugal não tenha participado no *Projecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, que ao incluir o Português, particularmente o Português do Rio de Janeiro e de São Paulo, deu origem ao *Projecto Norma Urbana Culta*, o NURC. O momento que se vivia em Portugal favorecia pesquisa sobre desvio e não norma e mundo rural mais do que cidades. Acontece que os dados da oralidade recolhidos no âmbito deste projecto e que foram, mais tarde, trabalhados no

âmbito do *Projeto Gramática do Português Falado*, representam, certamente, uma fonte de informação preciosa para qualquer linguista. Perdemos, assim, uma boa oportunidade de recolher, no Brasil e em Portugal, material de análise comparável.

Margarida, você ocupa um lugar de relevo neste projecto, visível na participação em muitos dos volumes da *Gramática do Português Falado* e terá, portanto, partilhado

“a sensação da apresentadora e organizadora [Maria Helena de Moura Neves] deste volume [o sétimo]– que deve ser a de todos os outros componentes do projeto – [que] é que poucas vezes se terá conseguido viver uma experiência como a que se viveu no interior do grupo, durante esses anos. Todos entraram no projeto achando que tinham sido convidados porque “sabiam” alguma coisa, e, no entanto, todos fizeram dele uma escola, sentando, estudando, falando, ouvindo, perguntando, respondendo, pensando e remoendo, e, enfim, aprendendo como nunca. [...] Toda fala foi troca, e a troca foi saber, foi experiência, foi vida. Ninguém, com certeza, saiu o mesmo dessa aventura. E, com certeza, muito dificilmente se terá outra oportunidade igual.”

O projecto NURC parece ter cumprido, em parte, até porque a observação do real nunca pode ser vista como trabalho acabado, uma recomendação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que costumava transmitir aos meus alunos. Num prólogo de uma das suas *Lições de Filologia Portuguesa*, considerava ela que “a história da sufixação, prefixação e composição portuguesa está por escrever”, não tendo até então sido realizado, diz ela, “nenhum estudo sistemático, como o exige a colheita abundante que se pode extrair [...] em especial da linguagem portuguesa familiar, com os seus modos variadíssimos de acumular sufixos, ora segundo normas tradicionais, ora sem se importar com padrões preexistentes”.

Esta situação de vazio mudou, durante os últimos cem anos – os que nos separam das lições de Carolina, de forma significativa – são tantos os contributos, as discussões, os avanços, que fica cada vez mais difícil acompanhar o progresso dos estudos no domínio da morfologia. E, no entanto, todos temos a sensação de que muito há ainda por fazer, sobretudo no que diz respeito à descrição dessas ‘acumulações de sufixos da linguagem familiar portuguesa’. Há uma consciência, nestas afirmações de Michaëlis, de que as palavras do uso (ela também refere os textos antigos e as fontes dialectais) e as palavras consagradas nos dicionários correntes não são conjuntos idênticos. Carolina recomendava, então, aos seus alunos que estivessem atentos às novidades linguísticas que pudessem chegar-lhes aos ouvidos e que delas tomassem nota:

Não dizemos que alguém possa desde já fazer um trabalho completo, definitivo. Há muito que coleccionar e apurar ainda. [...] Os estudantes desta cadeira muito embora não queiram ser filólogos romanistas, aprenderiam praticamente algo de metodologia, se na sua carteira assentassem, não direi dia a dia, mas oportunamente, as formações familiares espontâneas, bem ou mal inventadas, que lêem, ouvem ou enunciam, e que lhes pareçam ser neologismos ou vulgarismos. [...] Coleccionações e análises morfológicas são relativamente fáceis, interessantes e compensadoras. E eu teria prazer e orgulho em ter discípulos que nos ajudassem a resolver problemas ainda pendentes.”

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa, segundo as Preleções feitas aos Cursos de 1911-12 e de 1912-1913*.

O que em Portugal se fez, não digo de equivalente mas de útil, na construção de recursos para observação do uso da língua, são corpora de textos escritos e, por vezes, do oral. Existem vários núcleos de produção, que disponibilizam melhor ou pior os seus dados, mas, de um modo geral, podemos dizer que as informações que gostaríamos de poder extrair não são fáceis de encontrar. Recorro, com frequência ao CRPC, o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, elaborado no CLUL, que é o centro de investigação a que eu pertença, porque se trata de um corpus anotado, com instrumentos de pesquisa bastante ágeis. Uma outra fonte de informação é a do *Corpus do Português* (CdoP), sediado na Universidade de Georgetown. Num caso e noutro, há acesso a dados de proveniência portuguesa e dados de proveniência brasileira, no primeiro caso, pode recuar-se ao final do século 19, no segundo, o lapso de tempo é maior, começando no século 14. Nenhum deles nos permite pesquisar a contemporaneidade estreita, menos ainda se se pretender conhecer o registo oral.

Resta-nos a internet, que, como já tem sido referido, potencia o aparecimento de várias formas herdeiras do *Appendix Probi*, à semelhança do que antes sucedeu com os consultórios linguísticos que integravam muitos dos jornais do século 20, como programas de televisão ou de rádio. São muitas as páginas escritas em Português, quase sempre elaboradas no Brasil, onde o universo de concursos públicos alimenta um sistema de formação autodidata. Os erros aí relatados podem servir de catálogo de problemas linguísticos de várias espécies. Vejamos o caso específico dos participios curtos. Na página www.brasilecola.com, e em resposta a uma consulta sobre a ‘legitimidade’ das formas *trago* e *chego*, surge a sentença, aliás já antecipada pela própria pergunta:

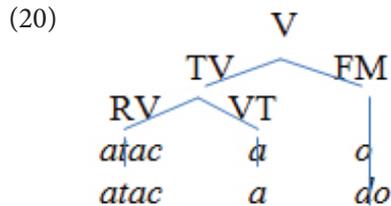
- (18) a. *Eu tinha **trago** minhas roupas para arrumar.* (Errado)
*Eu tinha **trazido** minhas roupas para arrumar.* (Certo)
- b. *Eu tinha **chego** atrasada.* (Errado)
*Eu tinha **chegado** atrasada.* (Certo)

Alguns outros casos também fazem parte do rol dos participios curtos proscritos, mas a realidade vai muito além destas repreensões. A internet também oferece formas de pesquisa 'sem rede', o que exige a consciência dos perigos (é sabido que quase qualquer sequência digitada devolve resultados). Assim, em discurso espontâneo, colhido em chats, blogs e outras fontes igualmente intangíveis, encontra-se uma notável quantidade e variedade, que pode ser garimpada. Vejamos alguns resultados:

(19)

01. *o Kalil já tinha **afasto** meio elenco, despedido o técnico*
02. *em cassete não me tinha **agrado** por ai além*
03. *o Poster não tinha **ajudo** muito*
04. *o espaço virtual tem **alargo** o espaço de expressão do ser humano*
05. *Tinha **ando** a ouvir muito rock alternativo até aquele ponto*
06. *Eu bem disse que tinha **apanho** o vírus da preguiça*
07. *pensei que o cara só tinha **ataco** uma vez*
08. *o Jorge Moniz que se tinha **atraso** e que nos esperava logo acima do rio*
09. *isso eu já tinha **aviso** aqui que estava acontecendo*
10. *Glórias a Deus pela vida deste Pastor, que não tem **busco** a glória para Si.*
11. *a gente tem **canso** de ver um bocado de gente ficar bom assim*
12. *a Nice do salão falou que ele tinha **cego***
13. *eu não sabia que ela tinha **chamo** ele assim primeiro*
14. *tem **chego** algumas informações*
15. *tinha **combino** com 1 amiga que ia ver o que havia em termos de comédia*
16. *Não vou comprar de novo porque eu já tinha **compro***
17. *A Carolina já tinha **corto** o cabelo em casa 4 vezes*
18. *Deus tem **falo** com você?*
19. *vou até uma mangueira que tinha **lavo** bem a latinha*
20. *eu nunca tinha **levo** a sério aquele muleque...*
21. *Eu até já tinha **marco** uma tatuagem para este sábado*

Estas formas participiais curtas não têm uma estrutura fácil de analisar: trata-se de formas invariáveis, tal como as formas em *-do*, e a vogal final não é a vogal temática, embora se encontre à direita do radical – estes participios lembram aliás os participios atemáticos dos verbos fortes latinos. Assim, a estrutura que proponho é uma estrutura de flexão, semelhante à da sufixação em *-do*, mas em que a vogal temática não está presente por razões de natureza morfofonológica (como sucede, por exemplo, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo):



A aparente vitalidade destas formas é, de algum modo, surpreendente. Muitas destas atestações são provenientes de fontes brasileiras, mas outras têm origem portuguesa, pelo que o fenómeno é aparentemente transversal. Quando e porque surge esta tendência para substituir o participio em *-do* pelo participio em *-o*? O que impede a generalização desta tendência (não encontrei ocorrências como **tinha choro* ou **tinha chumbo*)? Terão os verbos abundantes um papel decisivo no surgimento destas formas?

Não tenho resposta para nenhuma destas perguntas. Os dados que recolhi são precários, obtidos por tentativa e erro, a partir de uma lista de verbos da primeira conjugação e a busca de formas curtas que me pareciam plausíveis. Acertei nuns casos, errei noutros, porque não encontrei atestações, mas fica a sensação de que assim não dá para avançar muito mais e que o acesso a dados de fala espontânea, não preparada e em contextos de uso diversificados é crucial para uma reavaliação global de tudo o que sabemos em relação à gramática das palavras.

Foi esta, Margarida, a forma que encontrei para a homenagear, aceitando o convite e alimentando o nosso diálogo. Termino, devolvendo-lhe a palavra e convidando à tréplica.

Um abraço,

Alina

Referências

CUNHA, C. & Cintra, L. F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

ULRICH, C. W. & SCHWINDT, L. C. Consciência sobre *palavridade* em português brasileiro. 10º ENCONTRO DO CELSUL. Cascavel, Paraná, 2012. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/48577/Poster_12602.pdf?sequence=2], acessado em 01/10/2013

VILLALVA, A. *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Dissertação de Doutorado. Publicada em 2000, pela FCG (Lisboa), 1994.